

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021,  
CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIO DA  
SEGURANÇA PÚBLICA-SC  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro de Nadal) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Senhoras deputadas, senhores deputados, a presente sessão especial foi convocada através do requerimento dos senhores deputados Kennedy Nunes e Sargento Lima, e aprovada pelos demais parlamentares, para ouvir o senhor Secretário da Segurança Pública, Charles Alexandre Vieira, que prestará esclarecimentos sobre os critérios de distribuição dos novos policiais, e quantos serão destinados para cada município de Santa Catarina.

Como é de praxe aqui no Parlamento catarinense, passo a palavra para a condução dos trabalhos aos autores, neste caso, quem irá presidir os trabalhos é o Deputado Sargento Lima. Vossa excelência está com a palavra, Deputado. Seja bem-vindo, Charles Alexandre Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito boa tarde. Obrigado senhor Presidente, demais deputadas e deputados.

Agradeço também a disposição do senhor Secretário Charles Alexandre Vieira. Antecipadamente quero dizer que ontem tive a oportunidade de ir até o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, onde fui atendido pelo comandante-geral Dionei Tonet, para além desse assunto, tratar outros assuntos, mas esse, de forma bem específica.

Problema esse gerado a partir de uma lista que foi amplamente divulgada em grupos, enfim, chegou à mão de todos, e que nessa lista de distribuição haveria uma discrepância numérica entre regiões. E dali por diante, entre conversas com demais deputados e prefeitos de várias cidades, comandantes de região, de batalhão e de companhia, que nós tivemos oportunidade de conversar, ficou

suspensa essa dúvida no ar, senhor Secretário. Então seria importante que a gente fizesse isso, até para deixar às claras, um esclarecimento. É óbvio que existe um questionamento acerca de saber o que é uma reposição, quais desses militares estão indo para aonde, frisando-se bem essa questão de reposição e o que não é reposição, o que é que vai a mais para cada cidade.

O *layout* dessa reunião se dará da seguinte forma: o senhor terá quinze minutos para uma exposição, e já deve saber o motivo do nosso convite, chegou através de ofício. Posteriormente, o outro proponente do convite, Deputado Kennedy Nunes, terá o tempo de cinco minutos, e a partir dali nós teremos o posicionamento das bancadas, que irão indicar quais os deputados que irão fazer as suas perguntas, caso ainda restem dúvidas após a exposição de motivos de vossa excelência. Mais uma vez, seja bem-vindo secretário Charles, o senhor tem a palavra por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Boa tarde a todos, quero cumprimentar o Sr. Presidente Mauro de Nadal, e em nome dele cumprimentar todos os excelentíssimos deputados presentes nessa sessão, com a satisfação de estar participando e poder prestar os esclarecimentos necessários relativos às vagas e distribuição do efetivo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Cabe salientar a todos que a Lei 741, de 2019, que criou o Colegiado Superior de Segurança Pública, estabelece em seu Artigo 43, parágrafo único, que cabe a Segurança Pública promover atuação conjunta, coordenada e sistêmica, integrada da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e do Instituto Geral de Perícias, em articulação com a sociedade. No parágrafo único, fala que ficam preservadas a autonomia e as competências relativas à gestão interna da Polícia Militar de Santa Catarina, da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Instituto de Perícias, no tocante a finanças, contabilidade, as pessoas e ao apoio

operacional. Quero aqui dar ênfase que o Colegiado Superior de Segurança Pública, nós não temos a figura de um secretário de Segurança Pública no Estado de Santa Catarina, e sim um presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública, ao qual no ano de 2019, em seu primeiro ano, o comandante-geral da Polícia Militar, à época o Coronel Araújo Gomes era o presidente do colegiado. No segundo ano, o delegado-geral da Polícia Civil, Paulo Queires, foi o presidente do colegiado. Nesse terceiro ano, cabe ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar ser o presidente do colegiado. E no último ano, ao diretor-geral do Instituto Geral de Perícias.

Nesse formato, quero salientar também que nós nos reunimos todas as segundas-feiras, aqui na Secretaria de Segurança Pública, onde observamos todos os índices da Segurança Pública, em todos os tipos de crimes no Estado, e observamos, conversamos, debatemos sobre os índices e sobre o que pode ser melhorado, para os índices melhorarem ainda mais aqui em todo o Estado. É um modelo único em todo o Brasil, um modelo onde os próprios dirigentes da Segurança Pública do Estado é quem dirigem a secretaria, é quem presidem o colegiado, e é quem tomam as decisões colegiadas para trazer mais segurança a Santa Catarina. Cabe salientar que perante a esses esclarecimentos solicitados pelos nobres deputados, nós remetemos um expediente à Polícia Militar, e solicitamos que a Polícia Militar, que gestora do seu pessoal, pudesse nos informar quais os critérios que a Polícia Militar utilizou para fazer essa distribuição. Então passo aqui, agora, senhores deputados, a ler o documento recebido da Polícia Militar, e que esclarece esse pedido dos senhores com relação à distribuição dos quinhentos soldados que se formaram na última escola de soldados da Polícia Militar.

As movimentações dos soldados atenderão - ou atendem - aos estudos técnicos de distribuição de efetivo, os quais levam em consideração, dentre outros aspectos, critérios como indicadores populacionais, que é a média de policial militar

por habitante das cidades catarinenses, estatísticas de ocorrências e índices relativos a passagem de policiais militares para a inatividade, reserva remunerada ou reformados, ou seja, critérios técnicos de gestão de pessoal, com foco na reposição e equilíbrio do efetivo em todo o Estado catarinense. O critério "população vezes policiais militares" é um indicador onde é analisada a relação entre a população da localidade com um efetivo existente, especificamente, traçamos um quantitativo de efetivo razoável e identificamos alguns incongruentes, e procuramos corrigir na distribuição. O outro indicador, "ocorrência vezes policiais militares", indicador onde é analisada a relação entre a quantidade de ocorrências anuais com o efetivo existente, especificamente o coeficiente encontrado traz uma ligação direta entre a população de um município e os índices de ocorrências, ou seja, um município com uma população maior tem mais ocorrências do que um município com a população menor, naturalmente, em razão de diversos fatores como problemas sociais, conhecidos por todos nós.

Ao analisarmos de forma pura os critérios acima expostos, sem observarmos a relação existente entre eles, podemos incorrer em erros dificilmente remediados a curto prazo, devendo o setor responsável pela gestão de pessoal da instituição fazer um estudo criterioso antes da tomada de decisão. Importante mencionar que antes de vincularmos o direcionamento desses novos soldados para esses municípios, três meses antes abrimos a possibilidade de movimentação dos policiais militares mais antigos, que já estão em determinado município por mais tempo e desejam mudar de local de trabalho. E manifestar opções de novos locais para trabalharem, essas transferências são feitas antes mesmo das movimentações das novas escolas em formação, privilegiando os anseios de policiais que estão há anos esperando a oportunidade de serem movimentados. A possibilidade de movimentação pela "janela", apresentada no parágrafo anterior,

interfere diretamente com as ofertas de vagas, uma vez que ela pode ser preenchida anteriormente por um policial militar mais antigo que solicitou, conforme mencionado, deixando de existir a vaga no município de destino, e abrindo vaga no município de origem daquele policial que foi transferido.

Importante mencionar que todos os 295 municípios receberão policiais militares, ação de incremento de efetivo inovadora, visando favorecer também os menores municípios, muitas vezes esquecidos em gestões anteriores. Ressalva-se que outros 500 candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas no Edital de Seleção Pública número 42, Comando Geral, de 2019, foram convocados e ingressaram no curso de formação de soldados no Centro de Ensino da Polícia Militar, em 15 de fevereiro de 2021, com previsão de formatura para dezembro de 2021. Tal efetivo, após formado, reforçará de igual forma o efetivo de policiais militares em todas as regiões do nosso Estado. Esse foi o documento que o Comando da Polícia Militar me enviou, informando como vão ser feitas as transferências dos 500 policiais militares que se formaram.

Em anexo, também me encaminharam uma distribuição desses quinhentos policiais, por região por policial militar, onde a primeira região por policial militar, que é a região de Florianópolis e Grande Florianópolis, receberá 39 policiais militares; a segunda região, que é Lages e municípios ao redor, 55 policiais militares; a terceira região por policial militar, que é Balneário Camboriú, Itajaí e região, 79 policiais militares; a quarta região, que compreende Chapecó e municípios ao redor, 61 policiais militares; a quinta região, Joinville e região, receberá 26 policiais militares; a sexta região, Criciúma e arredores, 36 policiais militares; a sétima região, que é Blumenau, 60 policiais militares, para toda a região, é claro; a oitava região, que é Tubarão e região, 29 policiais militares; a nona região, que é São Miguel do Oeste e região, 37 policiais militares; a décima região, Joaçaba e região, 37 policiais militares; a décima primeira

região, São José e região, 28 policiais militares; e a décima segunda região por policial militar, Jaraguá do Sul, 13 policiais militares, totalizando os 500 policiais que se formaram.

Então, senhores, vossas excelências, nós aqui repassamos o expediente que a Polícia Militar nos encaminhou com relação às transferências dos 500 policiais militares que se formaram. Cabe salientar que a gestão de pessoal relativo à Polícia Militar, conforme o Artigo 43, da Lei 741, de 2019, cabe à Polícia Militar, então nesse formato de colegiado superior de segurança pública, tanto a polícia, como o bombeiro, como o IGP, como a Polícia Civil, os seus gestores são os responsáveis pela quantidade de vagas, em cada município, e pela transferência desses policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e Instituto Geral de Perícia. *[Transcrição: Northon]*

Quero aqui, também, trazer a informação que, nesses três anos de governo, nós tivemos a inclusão, na Polícia Militar, no ano de 2019, de 584 agentes temporários; em 2020, 80 cadetes e 526 soldados; em 2021, 547 soldados que vão se formar, em dezembro de 2021, totalizando na Polícia Militar 1.737 policiais militares. No Corpo de Bombeiros Militares, no ano de 2019, 164 praças, e no ano de 2020, 95 praças, totalizando 259 Bombeiros Militares. Na Polícia Civil, no ano de 2019, 45 agentes, 35 delegados e 41 escrivães; no ano de 2020, um agente e um delegado; no ano de 2021, 98 agentes e 79 escrivães, totalizando 300 policiais civis. E no Instituto Geral de Perícias, no ano de 2019, 57 peritos criminais, sete peritos criminais bioquímicos, 30 peritos médicos-legistas, um perito odontologista e dois técnicos periciais; em 2020, um perito criminal, dois peritos médicos-legistas, um auxiliar criminalista, totalizando 99 funcionários do IGP. No total geral foram incluídos 2.395 novos integrantes nas forças da segurança pública.

Então senhores, esses são dados que trago para que os senhores possam ter ciência daquilo que foi feito na segurança pública, nesses dois anos e três meses, no novo governo, deste Governo. E que

possam servir de subsídio pra fazer outros esclarecimentos aos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado, Secretário! Agora, seguindo nosso cronograma de trabalho aqui, fará uso da palavra, por cinco minutos, o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A todos e a todas, boa tarde! Boa tarde, secretário! Na verdade, Deputado Lima, nós queríamos a presença do Comandante da Polícia Militar para que pudesse estar aqui respondendo. Mas como o Regimento só permite a convocação de Secretários, coube ao Comandante dos Bombeiros, que agora é o que responde pelo colegiado da Secretaria da Segurança Pública. Na minha opinião, mais um erro deste Governo de fazer essas questões, exclusivamente, porque chega num momento como este, Deputada Marlene, e a gente não tem.

Com todo respeito, Coronel Charles, muito obrigado por ter atendido a convocação para estar aqui. Não vou fazer nenhuma pergunta relacionada à Polícia Militar, porque nós tivemos aqui a leitura da resposta e, pelo visto, qualquer pergunta, um pouco mais aprofundada, vossa excelência, por não ser da Polícia Militar, e sim, ser dos Bombeiros, não vai ter condições de responder. Para mim, fica prejudicado, Presidente. Eu, no mínimo, achava que seria de boa índole do Comandante da PM estar junto com o Secretário porque, na verdade, ele poderia responder essas coisas ali.

Eu nunca vi, nunca vi, na história, eu estou aqui há 14 anos, nunca vi, na história, um Secretário que é convocado para vir ao plenário, e que traz uma carta para ler de uma outra pessoa. Não, não, não se tem, isso vai ficar registrado aqui na Casa. Mas não tenho nenhuma pergunta, até por conta de que já fiz isso com relação à distribuição.

Mas eu queria perguntar algo relacionado a sua área, Coronel Charles, há muitas reclamações que estamos tendo com relação à escala dos bombeiros. Se o senhor pudesse explicar um pouco, eu acho que isso o senhor pode explicar porque é da sua alçada. Então, eu quero aproveitar sua presença

aqui e perguntar um pouquinho sobre a escala dos bombeiros, já que fico prejudicado em relação à Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Boa tarde, Deputado! Com certeza esse assunto da escala de serviço é um assunto que a gente já vinha conversando, durante os dois anos, praticamente, que estou à frente do comando-geral do Corpo de Bombeiros, nós fizemos um estudo, através do nosso Estado Maior no ano passado.

Esse estudo que nós fizemos, o fizemos para poder aplicar, a partir do momento que nós tivermos o efetivo suficiente, uma nova escala, onde os bombeiros militares cumprirão uma jornada conforme a legislação de 200 horas mensais. Esse estudo foi feito, nós estamos com uma escola formada, que foi distribuída agora. Tem mais uma escola que se forma, em final de abril, ela se formaria somente em maio, nós adiantamos a formação dessa escola para final de abril. E quero aqui assumir o compromisso que, em maio, nós mudaremos todas as escalas do Corpo de Bombeiros para escala de 24 horas de trabalho/72 horas de folga, que é escala solicitada por todos os nossos bombeiros militares.

Quero aqui dizer que isso foi um trabalho hábil do nosso Estado Maior, fez um estudo, e toda a distribuição do efetivo agora, nessa escala, foi pautada no cumprimento dessa demanda, ou seja, os Municípios que irão receber soldados do Corpo de Bombeiros, são aqueles Municípios que precisam de bombeiros militares para poderem implementar essa escala.

Hoje nós já estamos funcionando em fase de teste dessa escala em quatro batalhões: no batalhão de São José e região; no batalhão de Lages; no batalhão de Chapecó e, se eu não me engano, no batalhão de Florianópolis. Esses batalhões já estão aplicando essa escala, e todos os outros batalhões, a partir de maio, aplicarão também essa escala fazendo aqui cumprir aquilo que eu conversei, que nós planejamos, que estava no nosso planejamento como comandante-geral do Corpo

de Bombeiros para atender uma necessidade da nossa tropa.

Quero aqui dizer que nós, como gestores, Deputado, nós trabalhamos sempre buscando atender às necessidades para que a nossa tropa possa prestar um serviço de excelência, como vem prestando. Então sempre que nós trabalhamos é na busca de recursos, de materiais, de equipamentos, de reposição salarial, de busca com mais efetivo, para que a gente possa, cada vez mais, atender melhor a sociedade catarinense. Essa é a nossa missão como gestores!

O senhor e os demais deputados podem ter certeza de que este comandante, e eu falo isso, quando eu estou comandante, isso aqui é passageiro, mas, no momento em que eu estiver como comandante, vou sempre buscar melhorias para que nós possamos, cada vez mais, prestar um serviço melhor a toda sociedade catarinense.

Não sei se satisfiz a sua pergunta?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Feito! Com relação à escala, então, a partir de maio, a escala voltará a ser 24/72 horas, é isso.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Não é voltará, Deputado, ela nunca foi, mas vai passar a ser, vai passar a ser.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Perfeito, perfeito! Obrigado, sobre isso, sim.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Quanto a sua indagação também, com relação ao comandante-geral da Polícia Militar, não tem problema, se for necessário, posso conversar com o comandante-geral da Polícia Militar, e ele pode, sim, me acompanhar para responder, se for necessário, essas questões que o senhor tão bem pontuou.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu acredito que seria de bom grado se ele tivesse vindo nesta reunião. Eu estou me sentindo aqui, líder do Governo, que nós colocamos o Coronel Charles como um garoto de recado, com todo respeito. Mas alguém que vai levar o recado, ele trouxe uma carta do

comandante-geral, e qualquer pergunta que a gente possa fazer agora, um pouco mais específica, ele não vai poder responder, até porque não é a área dele. Portanto fica bastante prejudicado.

Mais uma vez, muito obrigado, Coronel Charles, por receber e atender a nossa convocação! Nada contra o senhor, se há um erro, ou se há algum problema, foi nessa forma que o Governador Carlos Moisés fez, de que não tem alguém que responde. E o nosso Regimento Interno só permite convocar o Secretário, por isso que a gente acabou fazendo a convocação por parte dessa forma.

Com relação à distribuição dos policiais, ainda fica uma dúvida sobre os critérios. Eu queria falar um pouquinho sobre o *software* que a Polícia Militar tem para saber um pouco mais. Porque esse negócio: "ah não, nós estamos repondo aonde saiu." Aí fica complicado! Você vê que determinadas regiões foram extremamente bem sucedidas, e outras não. Fica bastante complicado, mas isso pelo menos para mim não foi suficiente.

Obrigado, mais uma vez, obrigado Coronel Charles! Nada contra o senhor.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Não sei se eu posso falar mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, nós vamos seguir a ordem aqui, Secretário! Só respondendo ao Deputado Kennedy, por questões regimentais, que isso fique bem claro, que a gente pode fazer esse convite somente aos Secretários.

Tendo em vista isso, ontem, fui conversar com o Coronel Dionei, no Comando-Geral, ele se colocou à disposição para vir aqui, porque não foi feito o convite. O convite, ele tem que ser estendido, isso é uma questão de justiça, uma vez que é feito o convite ele virá. Então, de antemão aqui já digo que farei o convite para que ele venha e se possa realmente dissipar essas dúvidas.

Eu vou quebrar o protocolo, eu teria agora cinco minutos pra falar, eu vou passar às bancadas dos partidos, e vou utilizar o último tempo, o meu tempo de cinco minutos no final. Até porque eu

tenho questões que eu acredito, sim, que o Secretário de Segurança Pública possa responder.

Então nós vamos seguir a ordem das bancadas, e consulto a bancada do MDB, Deputado Valdir Cobalchini, quem vai fazer o questionamento ao Secretário pela bancada do MDB.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Eu posso fazer, não neste momento, um pouco mais à frente, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, senhor! A próxima é do PSL, Deputado Mocellin, o senhor tem a oportunidade agora, de três minutos, para fazer a pergunta de vossa excelência.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado, Sargento Lima. Quero agradecer ao Coronel Charles Alexandre Vieira, presidente do colegiado. E também parabenizar a segurança pública de Santa Catarina pelos índices de redução da criminalidade que temos no Estado.

Eu peguei aqui alguns dados só pra ter uma ideia deste ano em relação ao ano passado. Nós já tivemos 60% de redução de lesões corporais seguida de morte; tivemos 30% de redução de roubos, em Santa Catarina, que dá de 2.200 para 1.500; redução de furtos de 20.000 para 13.000, de 32% de redução; 50% de redução de latrocínios; 20.8% na redução de homicídios, de 144 para 114; e 33% na redução de feminicídio.

De uma forma geral, a gente percebe que a Segurança Pública, em Santa Catarina, está apresentando excelentes resultados. Então, até eu vejo esse modelo que temos hoje, acredito que está dando certo, porque, quando eu estive como comandante-geral, eu também não tinha aquele modelo que era, anteriormente, para mim, como comandante-geral dos Bombeiros, não me era satisfatório, porque tinha muitos entraves, era mais burocrático do que resolução de problemas.

Mas, Coronel Vieira, vamos deixar, eu teria alguns questionamentos, mas como eles são direcionados para a Polícia Militar, mesmo, saber o número de habitantes por policial, em cada região, para saber se está sendo justo. Eu

acredito que fica prejudicado para o Coronel Charles, eu vou deixar para fazer posteriormente se o Coronel Dionei, comandante-geral da Polícia Militar vier. [Transcrição: Taquígrafa Eliana]

Mais uma vez quero parabenizar o Coronel Charles e toda a equipe da SSP pelos excelentes resultados apresentados na redução da criminalidade na Segurança Pública, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Nós temos aqui por inscrição ainda, o Deputado Berlanda, e na sequência Deputada Luciane Carminatti, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Maurício, Deputada Paulinha e Deputada Marlene Fengler.

Vossa excelência tem a palavra por até três minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Eu quero cumprimentar o Coronel, o Secretário da Segurança, e quero fazer uma colocação, eu resido na cidade de Curitiba, nós tínhamos ali pequenos municípios como Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul, município de Frei Rogério, município de Santa Cecília, de Brunópolis, que têm uma média de três policiais nesses pequenos municípios.

E quando se tem três, sempre tem um de férias, tem a folga do policial num dia, no outro, então na verdade nós temos um policial, nessas cidades, somente trabalhando durante o dia.

Mas isso não é uma grande preocupação minha. O que me preocupa, Coronel, é com o município de São Cristóvão do Sul. Eu estava com a prefeita no dia de ontem, e o Cobalchini conhece bem o município também, a prefeita me levou ao conhecimento, dizendo que são quatro homens que temos lá, e foi solicitado agora nessa nova leva mais um policial. Mas dos quatro, realmente só tem um trabalhando durante o dia, que é aquela escala, é férias, enfim, todo aquele revezamento necessário.

Ocorre, Coronel Charles, que em São Cristóvão do Sul nós temos um presídio com 1800 homens presos. Então, nós temos um policial, na verdade, cuidando do município que tem 1800 detentos. Eu sei que tem a segurança, temos agentes prisionais, temos lá toda segurança do presídio, mas 5 mil

habitantes no município, a insegurança é muito grande. Então, eu peço aqui que seja analisada a questão de São Cristóvão do Sul e os pequenos municípios, tanto na questão de viaturas, veículos, bem como também o número de homens.

Este é o pedido que eu quero deixar neste momento ao Secretário. E a grande preocupação que eu tenho com o município de São Cristóvão, ali realmente preocupa todos nós, autoridades. Seria isso Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado, Deputado Berlanda.

Com a palavra, por três minutos, a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar o comandante Secretário, ou melhor dizendo, quero refazer dois registros aqui.

Primeiro, que o Governo adotou um novo formato de nomeação dos secretários, e essa é uma prerrogativa do Governo, como ele compõe as suas estruturas e cabe a nós também avaliarmos se isso dá resultado ou não.

Mas eu também concordo que me sinto um pouco prejudicada nesse debate, porque eu, inclusive no dia em que o Deputado Lima e Deputado Kennedy fizeram a fala em relação ao número de policiais por região, eu fiz uma fala em relação ao oeste, obviamente cada um pensa mais a sua região, Deputado Berlanda.

E quando eu ouço que a quarta região vai receber 61 policiais, bom, isso pode ser muito, pode ser pouco, pode ser nada, por que eu digo isso? Porque eu precisaria ter um quadro mais transparente quantos tem hoje certo, cruzando com o número de ocorrências, cruzando com a população e o número de policiais que vão entrar na reserva este ano, para que aí sim eu possa ter os elementos suficientes para dizer bom, 61 é razoável. E ainda, Deputado Kennedy, eu faria uma comparação com as outras regiões.

E eu não vou pedir que o senhor faça isso, porque eu acho que é deselegante e não é de sua responsabilidade, com todo respeito que eu tenho ao seu trabalho, e não tenho nada a reclamar, a

fazer em relação a isso. Mas acho que tem duas questões aqui que a gente precisa colocar, colegas deputados, é a segunda convocação que a gente faz em Plenário que nós estamos prejudicados. A primeira foi com relação ao SAMU, que nós só podíamos convocar o Secretário. Secretário falou assim, a empresa que responde não estava presente para fazer, Deputado José Milton, o contraponto, não é.

Agora nós não podemos ter o Secretário, então eu chego à seguinte conclusão, esses temas a gente precisa levar para Comissão, nós vamos ter que levar para Comissão de Mérito, e aí sim, na Comissão de Mérito, nós tratarmos do conjunto do problema, porque eu continuo tendo dificuldade de avaliar, quando eu der entrevistas em Chapecó, se eu comemoro 61, ou se eu lamento, delegado Deputado Maurício. Eu não sei o que dizer, por que de fato não me dá todas as informações suficientes.

Então quero agradecer a sua presença mais uma vez, de forma gentil aqui, mas eu quero dizer que esse é o nosso limite e o Parlamento tem a tarefa de fiscalizar, mas a gente precisa ter as informações para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - A senhora tem mais 30 segundos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada.

Para a gente poder fazer um debate sério sem cometer injustiça, porque eu não quero fazer uma fala aqui, na linha de que a nossa região está prejudicada, se os números provarem que não está. Eu quero ser justa na minha intervenção, muito justa e coerente.

Então, eu quero fazer esse registro aqui, me cabe fazer, mas eu já anuncio que nós devemos fazer esse pedido, Sargento Lima, para a Comissão de Segurança Pública e esclarecer, com todos os números que eu falei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Deputado José Milton Scheffer, pelo tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigada, Deputado Sargento Lima, Deputado

Kennedy, proponentes dessa audiência. Cumprimentar o Secretário, o Presidente do Colegiado, Charles Vieira.

Eu comungo também do pensamento da Deputada Luciane, desse novo modelo que foi colocado pelo Governo de gestão do Colegiado de Segurança Pública, que tem sido exitoso, não é, pelo menos até aqui, esse rodízio, troca de ideias, uma administração em conjunto tem trazido bons resultados para Santa Catarina, isso é uma questão a ser avaliado e considerado. Então, já que estamos neste momento, gostaria de fazer essa minha avaliação particular desse novo formato de gestão da segurança pública, os números, eles comprovam isso.

Disse que o Secretário, a maneira de apresentar os dados, isso não é relevante, teve o Secretário Grubba, teve aqui no Governo anterior também, apresentou em tela na última reunião, o Secretário da Saúde trouxe aqui gráficos em tela também. E hoje o Secretário Charles Vieira discorreu sobre os critérios, o número de policiais em cada região, a gente viu que nos municípios de médio porte do Estado, os comandos, os números oscilaram na casa dos 30 policiais de um para outro, e os critérios também com relação ao número de ocorrências.

Mas o que vale, que tem que ser avaliado que é correto, é a questão do número de efetivo relacionado também com os índices de criminalidade, de ocorrência de criminalidade em cada região, por isso Secretário, Presidente do Colegiado, a minha pergunta aqui é;

Devido à preocupação dos deputados, que é pertinente, com o número atual de efetivo em Joinville e região, o que o senhor poderia nos dizer da criminalidade hoje nesta região, até para a gente avaliar uma região do Estado, já que a preocupação é com relação a isso, eu gostaria que o senhor pudesse discorrer para nós sobre os índices de criminalidade nos últimos anos ou atualmente na região de Joinville. Já que talvez o senhor não tenha de todo o Estado para que a gente possa ter um comparativo do real trabalho da

Secretaria de Segurança, da Polícia Militar e de outros órgãos da Segurança Pública.

Então, quero lhe cumprimentar pelo trabalho que vem desenvolvendo, deixar esta pergunta aqui e, obviamente, sugerir também que as convocações, os convites sejam feitos nas Comissões de Mérito, porque lá o debate vai ser talvez mais produtivo. Se o Secretário não puder atender o convite, daí se convoca, que eu acho que esse seria o caminho correto, pelo menos foi nas outras legislaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado José Milton.

Senhor Secretário, o senhor responderá às perguntas do Deputado Berlanda, Deputada Luciane Carminatti, Deputado José Milton Scheffer, e para isso o senhor tem o tempo de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Bom, senhores, iniciando pelo Deputado Berlanda, eu anotei essa demanda lá dos municípios de Curitibanos e região, em São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul. Deputado, eu fui aspirante em Curitibanos em 1994. Então, eu trabalhei lá em Curitibanos no Corpo de Bombeiros, e é um prazer tratar com o senhor.

Eu vou passar, na verdade, nenhuma resposta eu posso te dar. O senhor tenha certeza, eu li ali no expediente da Polícia Militar, mas conversei também com o comandante-geral algum tempo atrás, na semana passada, na segunda-feira inclusive, na reunião do colegiado.

Cada município vai receber pelo menos um policial militar. Então o senhor tenha a certeza que pelo menos esses municípios, se tem três policiais, se tem quatro policiais, vai aumentar um policial militar em cada município desses que o senhor falou, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Ponte Alta do Sul, que o senhor citou. Então, pelo menos um incremento de um policial militar vai ter.

Com relação a essa demanda de São Cristóvão do Sul, é claro, o senhor muito bem pontuou que o presídio lá de São Cristóvão cabe à Polícia Penal fazer a segurança. Mas com certeza, vou repassar

para o comando da Polícia Militar para ele ver a necessidade de incrementar ainda mais o policiamento no local, tendo em vista essa situação existente lá em São Cristóvão do Sul.

Não sei se respondi com relação à Deputada Luciane Carminatti, um prazer falar com a senhora também. Quero aqui também dizer para a senhora que existem todos esses índices ali que a gente falou da população, das ocorrências relacionadas aos policiais militares para a distribuição, a Polícia Militar tem uma planilha com todos esses índices e para cada município do Estado.

É claro que são índices importantes, mas que têm que ficar guardados internamente também, é claro que todos os senhores, com certeza, tenho certeza absoluta que se procurarem o comandante-geral da Polícia Militar, ou se ele for aí, ele vai poder levar essa informação. Mas é o Deputado Lima que foi praça, que hoje é praça da reserva remunerada, foi praça nossa, sabe disso. Alguns índices, algumas coisas não podem passar também, é entregar o ouro para o bandido, vamos dizer assim.

Nós temos algumas situações de que são mais policiais do município, os outros precisam menos, esse equilíbrio é o que se busca com essa distribuição. E se nós tornarmos isso público totalmente, também o bandido vai ter conhecimento de onde ele tem menos policiamento, quando ele pode cometer o crime.

Então, é importante também nós termos resguardados esses índices, resguardados esses números, para não dar o ouro para o bandido, mas a senhora pode ter certeza que, se a senhora pedir, convidar o comandante Dionei, ele vai estar à disposição. E com certeza a senhora vai poder ter esses índices e poder comparar no Estado inteiro.

Os senhores podem ter a certeza que o modelo projetado pela Segurança Pública é um modelo inovador, é um modelo onde não existe entre as forças de segurança um protagonista, muito pelo contrário, todos nós conversamos, avaliamos os índices, buscamos melhorias para poder levar um melhor serviço, um melhor atendimento a toda a sociedade, e tenho a certeza de que se a senhora

conversar com o Coronel Dionei e convidá-lo, ou comparecer e visitá-lo, com certeza o comando-geral da Polícia Militar vai poder repassar dados, e a senhora vai ter a certeza que nós estamos trabalhando de forma técnica para atender toda a sociedade. *[Transcrição: Guilherme]*

Com relação ao questionamento do Deputado José Milton, prazer falar com o senhor, quero dizer que é verdade, é justo o que o senhor falou! Os índices da Segurança Pública, para os senhores terem uma ideia, e tem uma palavra que o Davi, um técnico nosso usa, nós temos os melhores índices de Segurança Pública em toda a série histórica de Santa Catarina, os senhores podem dizer: Mas comandante, esses números agora estão relacionados à pandemia, que diminuiu um pouco a circulação das pessoas. Mas falo para os senhores e senhoras que esse índice vem caindo desde 2019, e nessa data não estávamos na Pandemia, em 2020 caiu ainda mais, e nesses três primeiros meses de 2021, estão caindo ainda mais. É claro, com a pandemia, temos a situação que os policiais estão concentrados, no momento, além do combate à criminalidade, à fiscalização das medidas previstas no decreto do Governo estadual e decretos Municipais, buscando coibir aglomeração, fazer com que as pessoas transmitam o mínimo possível o vírus da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Secretário, o senhor tem mais um minuto, e tem que ligar o microfone.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Então, Deputado, o senhor citou a região de Joinville, se não me engano, nessa cidade tivemos a queda de 22% no número de homicídios, e nesses três primeiros meses tivemos uma queda 30%, em Chapecó, Deputada Luciane, tivemos uma queda de 25% nos homicídios, e em São Francisco do Sul, tivemos uma queda de 19% de homicídios. Então, senhores, isso é prova que o modelo do colegiado funciona, os números estão aí para comprovar. E quanto aos resultados, acho que não tem que contestar, o resultado está aí para ser comprovado que o modelo está funcionando, e que temos sucesso

na gestão da Segurança Pública, da forma como estamos fazendo.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Peço a palavra, pela ordem. Eu gostaria de pedir a gentileza de v.exa. e dos colegas se houver a compreensão, de antecipar a minha inscrição, haja vista que tenho outra reunião virtual e não queria deixar de dar a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Deputada, só tem o Deputado Maurício Eskudlark antes da senhora, se ele trocar é tranquilo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pode falar antes, Deputada Paulinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Concedo a palavra a Deputada Paulinha, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Obrigada, Sr. Presidente e Deputado Maurício Eskudlark. Primeiramente, boa tarde a todas e todos os colegas; quero primeiro saudar o meu querido amigo Coronel Charles Vieira, que tem feito um belíssimo trabalho à frente Corpo de Bombeiros, e antes de tudo, quero estender minhas congratulações, finalmente, pela resolução do problema tão ardido, que era os nossos bombeiros e praças, sobre a situação das escalas de serviço, e folgo em saber que vamos ter solução definitiva para a questão.

Assim, quero de fato corroborar algumas falas que foram feitas, e dizer que também eu estou de acordo com a Deputada Luciane, talvez o método para questões que envolvam terceiros seja melhor esclarecido por meio de reuniões nas comissões de mérito. De todo modo, gostaria de pedir ao Coronel Charles, que nos enviasse depois a tabela com a distribuição dos policiais no Estado. Eu, no momento em que foi feita a primeira crítica, procurei o Coronel Dionei, que me recebeu gentilmente e me apresentou as circunstâncias, me explicou que o número distributivo da tabela de nossos policiais se somaria a outra tabela, que reuniria a distribuição dos policiais pela troca de localidade, e condição de deslocamento interno que haviam sido promovidas. Mas enfim, penso também que quando há dúvidas elas precisam ser

esclarecidas para a sociedade, e agradeço a disposição, mais uma vez, do Coronel Chaves, e fico feliz com a notícia que nos traz o Presidente dessa reunião, o colega Sargento Lima, que nos afirma que o Coronel Dionei, igualmente está disposto a vir a Alesc, e tirar as dúvidas finais dessa distribuição que foi promovida pela PMSC. Eu termino, meus colegas, dizendo que também entendo o que importa para a gente, que se o Secretário é nomeado do jeito A, B ou C, o estilo de gestão, eu não faço questão de avaliar. Mas os resultados prestados à população sim, isso eu vou avaliar. E também me sinto satisfeita com os números que Santa Catarina tem colhido, em que pese temos muito a avançar, especialmente com relação à violência contra a mulher. Mais uma vez, parabéns ao Deputado Sargento Lima, e ao Coronel Charles. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputada Paulinha. Concedo a palavra, ao Deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, Sr. Presidente da sessão; quero saudar o Coronel Charles, coordenador da Segurança Pública, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo, também o Governador pela mudança de sistema no comando da Segurança Pública, que foi uma mudança acertada. Hoje, um ano é o Comandante da PMSC, que já foi, o Delegado-geral da Polícia Civil, o Comandante do Corpo de Bombeiros, e o ano que vem o diretor do IGP, pessoas que interagem na atividade de Segurança Pública. Antigamente, nós víamos um corpo estranho à Segurança Pública vir para comandar uma estrutura com muitos cargos, tinha a área da inteligência, segurança, assessorias, mas era uma pessoa que não conhecia o funcionamento da Segurança Pública. Podia ser até um jurista, alguém com conhecimento técnico em alguma área, mas não conhecia o funcionamento da Segurança Pública.

Então, foi uma posição acertada do Governador com referência a Segurança Pública do Estado, sabemos que estamos com queda nos índices de criminalidade, é claro que temos que considerar a

pandemia que atinge todo o Estado, isso ajuda na queda, mas a eficiência, o trabalho dos profissionais da segurança tem que ser considerado e respeitado. Nós tivemos, ao longo da história das polícias militar e civil, Governos que não colocaram um policial em quatro anos, temos uma defasagem nos efetivos da Polícia Militar e Civil que são históricos, o Governo que não colocou um policial em quatro anos. Agora, sabemos que tem que haver reposição, fazer mais concursos, chamamento de aprovados que estão pendentes, e acho até que nessa divisão, pelo que conheço o Estado e conheço todos os Municípios do Estado, o comando-geral da Polícia Militar, junto com o presidente do colegiado da Segurança Pública, fizeram uma divisão de forma justa, é claro houve Municípios que queriam mais policiais, tivemos reunião com Balneário Camboriú, ali no batalhão de Balneário 75, só que é um batalhão que atinge a cidade de Balneário e Itajaí, são duas cidades grandes e tem toda a região ainda.

Então, temos que considerar que a gestão da Segurança Pública está melhor com esse modelo, todas as categorias aprovam, está funcionando, e claro tem dificuldades, como já falamos, sobre a questão de efetivo, mas que já é histórica. Então, se fizermos levantamento de Governos anteriores, vamos ver que tem pouco a reclamar agora, ainda mais em um ano que temos dificuldades, estamos com os salários no limite prudencial, tudo isso coloca em dificuldade, inclusive a contratação de novos profissionais. E, fico feliz com a resposta do Presidente do Colegiado, porque agora, até, uma vereadora do Município de Salto Veloso perguntou se a cidade iria receber pelo menos um policial. E essa técnica que foi adotada, Coronel Mocellin, de receber cada Município no mínimo um policial, nunca aconteceu, não tenho lembrança, Deputada Marlene, que em algum Governo tenha acontecido. É claro que temos Municípios maiores que precisam de um maior número de efetivo, mas não dá para atender todo mundo. Acho que dentro do possível foi feito o razoável, o ideal para atender a maioria dos municípios do Estado.

Então, sou favorável a esse sistema, tenho 40 anos de vida na Segurança Pública, e a melhor forma ainda é essa, do que um corpo estranho vir comandar a Segurança. Que os comandantes que temos façam o comando da Segurança Pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Concedo a palavra a Deputada Marlene Fengler, por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA MARLENTE FENGLER - Boa tarde, Presidente Deputado Sargento Lima, Presidente da reunião, aos demais Colegas, ao Coronel Charles, que neste ato representa a Secretaria de Estado da Segurança Pública. E queria, antes de tudo, parabenizar a Polícia Militar e a Polícia Civil de Santa Catarina, e Corpo de Bombeiros, porque acho que o trabalho que fazem em Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, é exemplar, de outra forma não estaríamos em uma condição diferenciada de segurança e de qualidade de vida. Mas claro, a gente sempre quer que melhore, e sabemos também, que muitos policiais, primeiro aquilo que o Deputado Maurício falou, há uma defasagem muito grande de policiais nos municípios, há muito tempo não são contratados policiais, realmente é difícil recuperar, é difícil conseguir levar aos municípios o efetivo que precisam.

Mas eu havia feito uma solicitação com relação ao oeste, mas já foi explicado hoje, mas principalmente com relação a São José, e não sei quais são os indicadores, foram falados alguns por parte do Coronel Charles, mas acho que pelo menos nós Parlamentares termos acesso aos critérios que foram utilizados para definir a distribuição, seria muito importante, porque as demandas chegam até nós. E por exemplo, a Cidade de São José, se formos ver o indicador de policial por população, São José tem um policial por 1.250 habitantes, Palhoça tem um policial por 800 habitantes, e Biguaçu tem um policial por 500 habitantes. Então, não consigo entender qual é o critério e acho que isso seria importante. E aí eu concordo com a Deputada Luciane e demais Parlamentares que falaram, que deveria fazer numa reunião da

comissão de Segurança Pública, fazer realmente a convocação do Secretário de Estado da Segurança Pública para que ele possa nos explicar especificamente os critérios adotados.

*[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

São os indicadores de criminalidade? Da polícia? Desculpa. Os indicadores de criminalidade, são os indicadores de policial por habitante? Enfim, quais são os critérios efetivos para que a partir disso a gente possa entender um pouco melhor, e também explicar isso para as pessoas, explicar isso para os cidadãos, porque quando a gente olha os números aqui, a Grande Florianópolis 39, Lages 55, Balneário e Itajaí 79, Chapecó 61. É como alguém falou antes aqui, Chapecó realmente 61 pode ser muito, mas pode ser pouco. Então, acho que isso seria realmente muito importante que tivesse esse esclarecimento, mas na comissão de Segurança, para que a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Mais 30 segundos Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Para conversar com o comandante-geral e ter essas informações para passar adiante, inclusive para justificar, não é para criticar. É para gente saber para poder explicar para as pessoas. É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado. Secretário, o senhor tem cinco minutos para responder os apontamentos. Não foram feitos questionamentos, somente por parte da Deputada Marlene Fengler, mas o senhor tem cinco minutos para resposta.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Sim, senhor Deputado. Na verdade. Obrigado Deputada Paulinha, obrigado Deputado Maurício, que é oriundo da Segurança Pública também, sabe das dificuldades que nós passamos aqui na Segurança Pública. E sabe que, hoje, nós temos à frente da Segurança Pública as instituições da própria Segurança Pública, isso facilita em muito a compreensão, o entendimento, a

aplicação dos serviços de Segurança Pública em prol da sociedade.

Quero aqui aproveitar também para agradecer a todos as senhoras e senhores deputados. Nós trabalhamos em parceria, os senhores são muito importantes. A divergência de ideias é importante para nós chegarmos a denominadores que fortaleçam a Segurança Pública, fortaleçam as atividades de Segurança Pública. Então, o divergir em ideias é muito importante, é democrático, e nós crescemos com isso, não é?

E quero aqui agradecê-los porque a parceria dos senhores, com as emendas parlamentares, tanto para todos da Segurança Pública é muito importante. Toda Segurança Pública recebeu alguma emenda parlamentar de um dos senhores, e eu agradeço aqui, em nome de todos os representantes da Segurança Pública, de todas as instituições, porque isso aumenta lá a quantidade de viaturas, melhora quantidade de equipamentos, de viaturas, e melhora, em consequência, a prestação de serviço a toda sociedade. E essa parceria é o que faz com que as coisas aconteçam e seja cada vez mais forte a nossa presença em todo o Estado de Santa Catarina.

Quanto à pergunta da Deputada Marlene, a senhora pode ter certeza que o comandante Dionei vai repassar esses indicadores para os senhores assim que for convidado, ou a Polícia Militar se for visitada por um dos senhores também. Esses indicadores estão ali previstos, eles não levam em consideração somente a população, Deputada, mas também a quantidade de ocorrências no município.

Então, a senhora pode ter certeza que tudo ali é equacionado, para fazer essa distribuição e, assim, volto a frisar, o Deputado Maurício Eskudlark falou muito propriamente, nós ficamos um bom tempo sem incluir policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, técnicos do IGP e peritos nas nossas instituições. E a recomposição desse efetivo é muito importante. Então, no momento um município pode ter menos, mas um município pode ter mais. Mas essa recomposição vai fazer com que nós tenhamos um equilíbrio nessa

distribuição, um equilíbrio na utilização desse efetivo. E isso é o que estamos tentando agora, isso que a Polícia Militar fez agora na distribuição de efetivo, buscando que cada município recebesse pelo menos um. E aqueles municípios que pelas equações que eu falei, os senhores vão poder pormenorizar, conversando com o comando-geral da PM e a sua estrutura, e vão ver que o que se busca é a recomposição, é o melhoramento em todo o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado Secretário.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. Presidente, só queria pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu queria pedir ao Presidente do colegiado que encaminhasse a vossa excelência, ou diretamente aos deputados, o quadro de distribuição, porque nós, deputados, estamos sendo toda hora cobrados. E nós teríamos esses dados no celular, e quando indagados poderíamos responder. E, às vezes, um prefeito cobra que precisava mais e tal, e nós temos os dados. Então, se pudessem mandar tanto as estatísticas, quanto o quadro de distribuição como foi feito, nós temos argumentos para concordar ou discordar da distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Dou por recebido o encaminhamento de vossa excelência.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra pelo tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, Deputado Sargento Lima.

Cumprimentar o Presidente do Colegiado, Coronel Charles Alexandre Vieira; todos os colegas Deputados, a colega Deputada Marlene Fengler.

Eu acho que acabamos sendo um pouco repetitivo, mas não tem como não ser também. Eu sempre defendi de que a gente, quando estabelece critérios, não precisa dar muita explicação, desde que esses critérios sejam justos. E aí Coronel Charles, talvez não devesse tratar exatamente

consigo, mas como é o Presidente do Colegiado, eu acho que nós precisamos ter isso mais claro, de forma mais transparente, ainda que não haja necessidade de publicação, mas que possamos saber os critérios objetivos e os critérios subjetivos.

Também em relação à remoção dos policiais, por vezes você recebe um policial e acaba perdendo alguns por remoção. E que condições precisam ser alcançadas para que um policial seja removido, se é por interesse público, se é por interesse particular, porque há uma tendência de que tudo convirja para os centros maiores, para o litoral de Santa Catarina, parece que todos querem chegar ao final da carreira estando em Balneário Camboriú, estando em Itajaí, ou em Florianópolis, no litoral do nosso Estado. E aí, quem está no interior, frequentemente recebe pedidos para ajudar na sua remoção, e é muito difícil para o Parlamentar atender um pedido como esse, porque geralmente nós pedimos para aumentar o efetivo em determinado município.

Eu gostaria Coronel Charles, já concluindo, qual é o diploma legal? Nós temos uma portaria, um decreto, uma lei que estabelece esses critérios para que nós, eventualmente, pudéssemos aferir? E, eventualmente, possamos oferecer alguma contribuição, se existe esse diploma? E se não existir, eu queria sugerir que se instalasse para que a gente tire...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - O senhor tem mais um minuto, Deputado. Pode ficar à vontade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, Deputado Sargento Lima.

Mas, eu gostaria de oferecer essa sugestão, Coronel Charles, para que nós possamos dissipar essas dúvidas, que elas são recorrentes. E eu confesso que estou já há alguns anos na atividade pública e ainda não consegui decifrar, e nem tampouco justificar ou dar alguma explicação para as emissoras de rádio, para as lideranças que nos pedem para que possamos interceder, aumentar o efetivo, e isso é um discurso que ele se repete ano após ano, essa pauta nunca muda.

Eu gostaria, claro, lhe cumprimentar, o Governo pode ter alguns erros, mas ele foi extremamente ousado, quando definiu, Deputado Maurício Eskudlark, por fazer esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Mais algum tempo Deputado?

Deputado Coronel Mocellin, vossa excelência com a palavra por três minutos.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado mais uma vez, Presidente Sargento Lima.

Eu, como presidente da Comissão de Segurança Pública, quero aqui assumir o compromisso de fazer o convite, após ouvir a Comissão de Segurança Pública, se aprovado na comissão, nós vamos convidar o Coronel Dionei, comandante-geral da Polícia Militar, para ele fazer maiores explicações de como que é feita a distribuição do efetivo da Polícia Militar.

Quero aproveitar também para reforçar que o nosso colega Deputado Maurício Eskudlark falou, sobre a questão do Secretário de Segurança Pública como era uma vez, e hoje é um colegiado que se conversa entre eles. Eu, como comandante-geral de Bombeiro, disse que não precisei um dia da Segurança Pública, muito pelo contrário, todo dia me atrapalhava, porque toda a documentação que tinha que encaminhar para o Governo, para qualquer órgão, tinha que passar primeiro para a Segurança Pública, e ficava lá entravado dois a três meses.

E tinha secretários, porque depois de 36 anos dentro da corporação, a gente conhece alguma coisa do que acontecia, secretários que aproveitavam questão política, e cada inclusão que tinha ia para a região dele. Então, hoje, nós temos regiões no Estado que ainda tem, não é excesso, mas desequilíbrio de policiais em relação a outros municípios por questões políticas. Aí, sim, eu entendo que não era um critério técnico, eram critérios políticos. E, hoje, eu espero que esteja sendo feito critérios técnicos, por isso quero fazer esse convite para o comandante-geral da Polícia Militar, para vir explicar na Comissão de Segurança Pública quais são os critérios que estão sendo usados para distribuição desse efetivo.

E digo mais. Nós tivemos, quando eu incluí na Polícia Militar, em 83, tínhamos 13.500 policiais. E nós não ficamos quatro anos, Deputado Maurício Eskudlark, ficamos seis anos ou quase sete anos sem nenhuma inclusão na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. E, hoje, nós temos em torno de dez mil a dez mil e quinhentos policiais militares. Então, a defasagem realmente ainda é muito grande, mas logicamente aos poucos, têm todas as dificuldades, tem que ser repostado esse efetivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Coronel Mocellin.

Consulto aos demais Deputados se querem fazer mais alguma pergunta.

O senhor tem cinco minutos para responder os questionamentos e apontamentos do Deputado Valdir Cobalchini e do Deputado Coronel Mocellin.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Agradeço a contribuição do Deputado Valdir Cobalchini, é um prazer falar com o senhor também. E quero, aqui, convidá-lo para, se assim desejar, comparecer tanto na Polícia Militar como no Corpo de Bombeiro Militar. Nós temos, hoje, uma ferramenta que é responsável por fazer as transferências no Estado. É claro que essa ferramenta, Deputado, ela possibilita sempre que os soldados, que os praças mais antigos possam sempre escolher, quando há uma janela de mudança, de transferências, que eles possam se movimentar. Nós temos uma situação que a maioria dos nossos soldados acabam sendo da região litorânea. Então, eles sempre vão para o interior e querem voltar para o litoral, e nós abrimos essa janela quando se forma uma escola para que eles possam, os mais antigos, escolher e fazer essa troca, isso o sistema que possibilita isso.

Então, convido o senhor, se assim desejar, a comparecer tanto na Polícia Militar como no Corpo de Bombeiro para que possamos mostrar essa ferramenta, o senhor vai ver que a gente tenta fazer de uma maneira técnica, de maneira a não

privilegiar ninguém, e a privilegiar sempre os mais antigos na corporação.

Com relação à coordenadoria, eu falei, ele está disposto, já conversei com ele, de ir nessa comissão, Deputado Coronel Mocellin, também de participar, prestar esclarecimentos necessários para tirar as dúvidas de todos os senhores e as senhoras, e tenho certeza que os senhores vão ver que tudo é feito dentro de um critério técnico.  
*[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

Então quero aqui, mais uma vez, agradecer e dizer para os senhores que podem ter certeza que nós trabalhamos, no nosso dia a dia, para sempre levar o melhor serviço a todos e a toda a sociedade. Tenho certeza que os senhores, verificando essa distribuição, verificando como nós fazemos, como toda segurança pública faz, os senhores vão ter a certeza, também, que nós estamos atendendo a todo o Estado de maneira a não privilegiar ninguém, e sim privilegiar a sociedade com um trabalho a ser prestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Obrigado Secretário, consulto o Deputado Kennedy Nunes, mais algum apontamento? Então, Secretário, vamos por partes.

A sessão especial é uma ferramenta Legislativa, Deputado Kennedy Nunes, da qual nós não podemos abrir mão. Óbvio que seria interessante, sim, um convite estendido à Comissão de Segurança Pública, mas a sessão especial é uma ferramenta jurídica que nos abre uma oportunidade muito mais ampla, porque tem ali o Deputado que é da Secretaria de Agricultura, e ele pode estar aqui presente na sessão. Aquele que é da Comissão de Agricultura, que está voltado para aqueles outros assuntos, e ele pode estar aqui presente e fazer uso da palavra, e estar mais confortável junto com os colegas aqui dentro, e ela traz uma transparência muito maior, porque a sessão é plenária, aqui dentro, e ela tem uma amplitude maior.

Por que eu digo que nós precisamos dessa amplitude de uma sessão especial? Porque, deputados, quem nos questiona acerca de quantos

policiais estão indo para o município, eles não estão muito interessados em saber se isso vai ser discutido numa sessão especial, ou se isso vai ser numa comissão, muitas vezes eles não sabem nem que existe isso.

Então, aqui, eu acredito que seja, sim, o lugar certo, e que eu, no meu entendimento, acredito que não tem problema quebrar o protocolo do Regimento em relação a vir aqui o Secretário, o comandante-geral da Polícia Militar para melhores esclarecimentos. Faremos sim, mais uma vez, o convite para que ele possa vir aqui numa sessão especial, assim todos os deputados terão a oportunidade de fazer seus questionamentos. Afinal de contas, nós ouvimos tanto dizer que aqui é a caixa de ressonância da sociedade, então nós temos que realmente ser aqueles que vão transmitir. Explicar para o Deputado lá dentro de uma sala de comissão não é o suficiente, as pessoas têm que assistir isso.

Quando foi questionado sobre os municípios maiores e municípios menores, se vão um ou dois policiais para lá ou se não vai nenhum, ou se vai dez, pouco importa, porque todos eles, independente do tamanho do município, independente onde você mora, você paga os seus impostos, o ICMS, e ele é recolhido e você tem direito a segurança pública, independente se você mora na capital ou se você mora lá em Tigrinho, no interior do Estado, independente, você paga seus impostos e tem direito à segurança pública.

Então, eu tenho duas perguntas, que essas sim podem ser feitas para o senhor e, independente de que seja em colegiado, o Presidente do colegiado ele assume uma responsabilidade de Secretário, tem que ter as nossas informações senhor. Mas como eu disse, isso é um assunto que eu vou deixar para depois, eu vou usar meu tempo para as perguntas mesmo. Perguntar para o senhor de forma bem pontual, os pedidos gerados através das indicações de Deputados, aqueles são levados em consideração, foram levados ou são considerados para poder se distribuir efetivo, as indicações que saem da Casa, feitas pelos Deputados, elas são utilizadas,

para poder falar assim: olha, vai 10 policiais para cá. Eu posso fazer uma indicação pedindo 100 policiais para Joinville e postar isso na minha rede social e pagar para um jornal publicar. Se são os critérios técnicos, se é levada em consideração a indicação, ou nós estamos usando uma ferramenta legislativa inútil, que não tem corte e nem cabo.

Minha próxima pergunta, planejamento com relação aos concursos, gostaria que mais tarde o senhor falasse sobre isso também, se tem um planejamento de concursos rotineiros. Como eu disse, quando se defende o Governo, a gente fala de como foi bom o ano passado, quando se toca num ponto de erros do Governo, a gente tem que falar de união, amor e do futuro daqui para frente e de como as coisas serão maravilhosas no futuro.

Sistema de movimentação de tropas, nós sabemos muito bem que nós estamos relocando pessoas, principalmente na região do terceiro batalhão, que se trata de movimentação de tropa, nem tanto de aposentadoria, não é o policial se aposentando, nem tanto criminalidade, nem habitação, ali está sendo utilizado um critério exclusivo por movimentação. Antigamente o sujeito pedia, o Comandante de Companhia ele deferia, o comandante do Batalhão deferia, agora joga o nome no sistema. Esse sistema de movimentação, que bom que está sendo utilizada a tecnologia agora, mas o Comandante que abre mão de um polícia, ele tem que aguentar as consequências depois, 79 Policiais da 3ª Região, e grande parte disso é decorrente de movimentação, agora se cria um sistema para se punir o sistema, se a região foi cedendo, cedendo constantes trocas, trocas, trocas, ou adota o critério: você passou no concurso público, então vai ficar oito anos naquela cidade ali sem encher o saco. Se quer ir para outra cidade, estuda e vai se classificar por nota e escolhe qual que vai. Agora o cidadão, ele não quer saber se a tua nota, se você foi o 03, 04 do curso ou se você entrou pelo sistema de movimentação, ou se tu és o mais antigo, ele quer polícia na rua, simples isso.

E esse sistema de movimentação, também gostaria de fazer questionamentos. Por ele, porque nós temos situações, por exemplo, tem militar que fala que conseguiu através de ajuda de alguém. Tem ofícios chegando ao Comando Geral, feito por Deputados, solicitando transferência de policial. Aí pergunto também, se esses ofícios são atendidos. O policial vai ali no gabinete do Deputado, e diz que precisa ir para Itajaí, porque a minha mãe mora lá, a minha vó mora lá. Está sendo atendido? Quero saber se esses ofícios que vêm aqui, eu preciso de dez policiais na minha cidade, e é mandado e amplamente publicado, se eles são atendidos?! Se existe discrepância numérica, existe mesmo, enorme, eu friso de novo, mais uma vez, a 3ª região extremamente beneficiada com isso aí. Detalhe, o cidadão não tem culpa, o Deputado não tem culpa se o cara, se o militar botou o nome dele no SOM, que o nosso sistema de movimentação de tropa ou não, o Comandante do batalhão, ele abriu mão do policial dele, ele é um que não pode questionar depois, pedir policial depois, simplesmente isso. Ele abriu mão daquele policial, o sistema não funciona automaticamente. Então, são esses meus apontamentos, não são nem questionamentos, quero agradecer a presença do senhor aqui dentro, no dia de hoje, e como eu disse, a sessão especial é uma ferramenta muito útil, tão útil quanto qualquer comissão, e eu vou até pedir mais uma vez, já que se trata de um colegiado, nós poderíamos aproveitar essa oportunidade e fazer essa visita do Coronel aqui, através de uma sessão especial. Então, peço a venia ao Deputado Coronel Mocellin, que é presidente da Comissão de Segurança Pública, se nós podemos fazer um encaminhamento nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Temos que ver o Regimento da Casa, não sei, porque esse convite normalmente é feito nas comissões. Não sei se pode fazer convite para a sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Eu acredito que se houver a concordância de todos, é uma questão regimental não poder convidar quem pode responder as nossas perguntas, e como eu

disse, a sessão especial é uma ferramenta legislativa, nós podemos utilizar, ela tem maior amplitude, todos os deputados podem participar.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Porque também, a reunião da Comissão de Segurança Pública pode ser feita em um horário aqui em plenário para que os demais Parlamentares possam participar, não sei. Teria que ver com quem tem mais tempo na Casa, Deputado Lima, para saber o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Só para ratificar aqui minhas duas perguntas, Secretário de Segurança Pública, os pedidos gerados através dos gabinetes dos Deputados, que são chamados indicações, eles são utilizados como base, ou essas indicações vão direto para trituradora de papel? Elas são utilizadas como base para pedir policiamento para uma região? Porque senão, nós falamos para todo mundo aqui parar de fazer, ou se eu posso fazer um pedido, pedir 100 policiais para Joinville, e vou lá e coloco na minha rede social: Deputado Sargento Lima pede 100 policiais para Joinville, se ele é utilizado como base, essa é minha única pergunta, senhor Secretário.

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Deputado, é um prazer falar com o senhor, na verdade o que eu vejo, eu falo por mim, todos os pedidos de Deputados que chegam, nós analisamos, verificamos os pedidos, nenhum fica sem resposta, mas o que cabe a nós sempre é verificar se o pleito do Deputado, ele é analisado, e se ele se coaduna, se ele realmente segue também com os critérios técnicos das corporações. Então, nós juntamos uma coisa com a outra, olhamos, verificamos, respondemos, leva em consideração e verifica junto com os critérios técnicos, mas o que vale nesse momento são os critérios técnicos, mas todos os Deputados podem ter certeza que nós sabemos que cada um busca, esse envio dos ofícios, pedindo mais policiamento, mais policiais para região ou para cidade, é no intuito de colaborar conosco, e muitas vezes o

pedido é justo, e junto com os critérios ele é analisado e pode sim, também, junto com os critérios, fazer com que aquela cidade receba, mas não é o preponderante, tem que coadunar sempre com o critério técnico.

A janela de transferência que o senhor falou, é realizada esta análise de possibilidade. Geralmente o que acontece, com esse sistema, o que ele faz, ele procura trocas dentro, de quem está pedindo a transferência, então ninguém perde nada, na verdade, pelo que eu entendo, aqui no Bombeiro, pelo menos, é assim, e acho que na Polícia da mesma forma. Ninguém perde nada, essas trocas são feitas de forma sempre a privilegiar o mais antigo que deseja transferência e ir trabalhar em outro município, mas aquele município não vai ter uma perda, vai ter sempre uma compensação de alguém que vai para o lugar dele também, ou seja, um formado novo ou alguém que está solicitando a troca, também pedindo pra ir para aquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Sim, justamente isso que eu comentei, que na verdade todo mundo quer morar em Itajaí e Balneário Camboriú. Então essa troca, na verdade, é isso, todo mundo se afunila ali, essa litoralização tem prejudicado o interior, por isso que deveria ser estipulado um critério que mesmo por antiguidade, o sujeito ele foi formado às custas do Estado, ele tem que assumir um compromisso de permanecer na região dele por um determinado tempo, até que ele não prejudique a região para que ele foi trabalhar inicialmente.

Senhor Secretário, esta Presidência agradece a presença do Secretário Charles, que tem atendido de forma tão pronta a nossa convocação para essa Assembleia, e agradece também todos os esclarecimentos prestados. O senhor tem alguma consideração final a fazer?

O SR. PRESIDENTE DO COLEGIADO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA (Coronel Charles Alexandre Vieira) - Negativo Deputado, é só agradecer aos senhores pela colaboração que têm com a segurança pública, já fiz referência às emendas

parlamentares que são muito importantes, e agradeço a todos os senhores e senhoras por essa cooperação, por ajudar a Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e quem ganha somos todos nós, uma melhor segurança pública prestada em todo Estado. Muito obrigado, estou sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sargento Lima) - Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência agradece a presença do senhor Secretário e de todos os senhores Deputados pela participação.

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Gabriel]*

*(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Northon Bousfield]*